

Democracia, Desenvolvimento, Desigualdade: Introdução Democracy, Development, Inequality: Introduction

José Reis
Paulino Teixeira

Os textos publicados neste número de Notas Económicas resultam de comunicações apresentadas ao 2.º Encontro Anual de Economia Política que teve lugar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a 1 e 2 de fevereiro de 2019, o ano em que se assinalou o 45.º aniversário do 25 de Abril. Colocou-se no centro do debate dois dos três D's originais – democracia e desenvolvimento – e um novo D que está eventualmente em contradição com estes – a desigualdade.

Os Encontros, organizados pela Associação Portuguesa de Economia Política, destinam-se a todos os interessados no estudo da economia, independentemente da sua área disciplinar. Supõe-se que a economia é uma realidade concreta situada em contextos geográfico e históricos precisos. Os vários ambientes espaço-temporais produzem um conjunto de problemas que não serão completamente compreendidos fora de uma perspetiva transdisciplinar que abarque os contributos das várias ciências sociais e que nos ajudem a compreender as condições materiais de cada sociedade.

Democracia, Desenvolvimento, Desigualdade é, pois, o tema sob o qual se organizam estes seis textos. A problemática das desigualdades tornou-se incontornável à medida que os capitalismos acentuaram as dimensões que desenraizaram a circulação de riqueza da produção, dos sistemas de emprego e das formas de vida material portadoras de mecanismos de inclusão mais justos. E que, ao mesmo tempo, consagraram poderes que ignoram a promoção de uma maior igualdade, visto que desvalorizam recursos como o trabalho e instrumentos como a ação pública. Por isso, ficam em causa a democracia e os processos de legitimidade que só vidas institucionais transparentes e assentes na expressão popular podem legitimar. Pelas instabilidades que geram, pelas crises que desencadeiam e pelos bloqueamentos e exclusões que originam, estes processos têm também de ser questionados a partir da noção de desenvolvimento, quer quando consideramos sociedades concretas, quer quando nos situamos à escala dos diversos espaços do mundo.

Os textos que aqui se publicam são, de formas diferentes, atravessados por questões significativas que configuram a economia política, na sua pluralidade e na sua complexidade. As formas justas de organização da nossa vida coletiva, apelando para dimensões morais que dotem as circunstâncias humanas de capacidades maiores do que as que correspondem a cada indivíduo; as questões relacionadas com a provisão pública de bem-estar e com as tensões que a rodeiam quando sujeitas a alternativas de risco individual, carecendo então

de serem confrontadas com problemas de desigualdades; as características essenciais das sociedades baseadas na prestação salarial e, portanto, na repartição funcional do rendimento, matéria de controvérsias macroeconómicas em que se reconhece a centralidade da política e de deliberações que não são meramente mecânicas, coisa bem exemplificada nos casos de estabelecimento de um salário mínimo e nos diferentes voluntarismos que eles exprimem; as irredutíveis assimetrias do mundo, particularmente bem expressas em áreas de fronteira, como a da saúde – tudo isto são matérias que interpelam a investigação sobre as nossas economias e que têm respostas de diversa natureza. Os textos aqui publicados são contributos importantes neste sentido.

Hélder Vinagreiro Alves e José-Miguel Fernández-Dols interessam-se pelas narrativas e pelos discursos das elites financeira a propósito de um “mundo justo” e pelas questões morais que elas convocam. Têm em mente afirmações que ouvimos nos países do sul da Europa em momentos recentes de crise profunda e discutem a imoralidade de discursos que, porventura, podemos qualificar como moralistas, correspondendo-lhe uma noção do mundo que, na verdade, é alheia a considerações morais.

Os textos de Carlos Farinha Rodrigues e Isabel Andrade e de Maria Clara Murteira revelam os seus interesses pelo sistema de pensões, tratando das evoluções que tem tido recentemente em Portugal e analisando os seus impactos, quer pelos efeitos redistributivos que originam, quer pelo modo como se relacionam com a institucionalização dos direitos e, assim, com os princípios da organização social.

Tal como o tema anterior é um assunto essencial das políticas públicas e da redistribuição, também a institucionalização e a evolução de um salário mínimo o é. Sendo uma questão de justiça social, que aliás tem diferentes expressões, que podem ser associadas ao contexto institucional e político de cada país, ela é também um elemento basilar da estrutura de salários do conjunto da economia e das suas relações materiais. O artigo de Elsa Oliveira, Helge Jörgens e Pedro Nogueira Ramos, deixa-nos, sobre isto, uma análise comparativa.

Alexandre Abreu oferece-nos um texto em que dá atenção ao que se passou ao longo de várias décadas, desde a de sessenta até agora, e centra-se numa das questões centrais do processo de produção: a parte dos salários no rendimento. Acompanha, em vários contextos, a discussão teórica sobre o assunto e mostra as tendências identificáveis na economia portuguesa, que permitem distinguir três regimes de regulação da repartição funcional do rendimento.

Finalmente, passando para a esfera global da economia e para uma área específica, a da saúde, João Maia interroga-se sobre a possibilidade de uma biopolítica democrática ganhar espaço e poder para as necessidades gerais, de modo a contrariar tendências assimétricas expressivas. As questões da solidariedade e da cooperação no plano internacional revelam-se aqui muito importantes e o autor dá-lhes a devida atenção.